



**O CONCEITO DE LUSOFONIA
E A COOPERAÇÃO NA PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
TÓPICOS DE INTERVENÇÃO**

(...)

Foi-me proposto abordar o conceito da lusofonia evidenciando a forma como se materializam os projectos de cooperação e de promoção da língua portuguesa.

Começo por reconhecer que a designação não reúne necessariamente consenso: Há posições discordantes que indicam que a Lusofonia abrange territórios não incluídos na CPLP e que no espaço da nossa organização há populações que não falam a Língua Portuguesa nem são de cultura lusófona. Porém, creio que podemos afirmar que o conceito de “Lusofonia” pretende estabelecer uma lógica de intervenção para o desenvolvimento do espaço dos países de expressão portuguesa, com os próprios vectores de actuação da CPLP – cuja abrangência é bem definida pelos seus estatutos.

Numa primeira análise, a “Lusofonia” pode ser associada a palavras como a Francofonia ou a Anglofonia e acarretar consigo uma carga presumivelmente pós-colonial. De entre alguns estudos sobre esta matéria, realça-se o sentido geopolítico do termo que engloba um conjunto de países e de povos cuja língua materna, corrente ou oficial, é o português.



A “Lusofonia” também pode ser interpretada como um sentimento, como uma alma, como um desejo de viver em conjunto, partilhando um passado comum. E, talvez a dimensão mais vasta do termo, designa o conjunto dos Estados e organizações que trabalham em conjunto com o objectivo de desenvolver a língua e as sociedades, internamente e por fora.

A Lusofonia na actualidade, creio eu, é um termo que obedece ao princípio da globalização e interdisciplinaridade onde se almeja afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística.

Há aqui um paralelismo inevitável entre os objectivos da CPLP e a dimensão lata da Lusofonia: A actuação da organização também não se cinge à promoção e difusão da Língua Portuguesa, uma vez que são também vectores de actuação a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios, com especial destaque, na Saúde, Educação, Cultura, Agricultura, energia entre outros.

Ou seja, pode-se entender o conceito de Lusofonia no seu sentido mais amplo e mais denso do que o de simples conceito linguístico,



CPLP

além de o conceito de Império Colonial Português acabou com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e o processo de descolonização¹.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada, e passo a citar o art.1º dos seus Estatutos, como fórum “multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus oito membros”, estes Estados soberanos.

Ou seja, a nossa Comunidade nasce da democracia e constitui-se, desde a sua criação, como um pacto de amizade e de solidariedade entre iguais. Esta é a nossa grande força. Ao contrário de outras comunidades, baseadas em antigos vínculos políticos e numa mais ou menos aprofundada difusão do idioma comum, a CPLP não actua como um modelo centralista em que a antiga metrópole irradia para a sua periferia quer a sua prosperidade económica, quer o seu valor cultural. Ao contrário, a CPLP procura, sim, fortalecer-se e expandir-se a partir do somatório das potencialidades e o vasto manancial de riquezas que se encontram na diversidade dos oito Estados membros que a constituem.

¹ Porque desejariam as populações da CPLP reproduzir a ideia de um novo império, mesmo que apenas centrado num idioma comum? Quem seria a cabeça desse novo império? O Brasil? Portugal?



CPLP

Cada país lusófono possui a sua identidade própria, não sobrevive em função da dos outros, constituindo conjuntamente uma realidade multicultural.

Contudo, não pode ser secundarizado o facto de Portugal ser o país cuja História tornou possível a existência desta Comunidade. Aqui nasceu a língua que nos une, dali partiram as caravelas que proporcionaram os encontros de culturas e civilizações e de que resultaram os traços culturais e afectivos que nos ligam. (...UE).

Da mesma forma, todos os Estados-membros da CPLP reconhecem, também, o papel central do Brasil enquanto alavanca da comunidade. Não só pela história comum, não só por ser o país com um maior número de falantes, não só por se avizinhar como uma potência económica global, mas por tudo isto e porque é notório ser a CPLP é uma das suas prioridades da política externa.

Recordamos no entanto que já em 1977, o grupo dos Países Africanos de Língua Portuguesa, estabeleceu o primeiro fórum de concertação política e diplomática e que já tinha o português como veículo de comunicação. As diligências da diplomacia portuguesa e brasileira (destaque aqui para o contributo inestimável do saudoso Embaixador José Aparecido de Oliveira) junto dos PALOP e os debates organizados com a participação de políticos e intelectuais de todos os países permitiu a elaboração de consensos que acabariam



CPLP

por desembocar na Declaração Constitutiva da CPLP de 17 de Julho de 1996, assinada em Lisboa pelos Chefes de Estado e de Governo dos então sete países de Língua Portuguesa. Timor-Leste aderiu mais tarde, logo após a sua independência. Eis portanto a génese da nossa comunidade.

Mas a Comunidade é ainda reconhecida como um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista.

Nessa perspectiva, surgiu o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) como a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais. Isso significa que ao IILP é reconhecido um papel essencial na promoção e difusão da Língua Portuguesa além fronteiras, devendo ser, igualmente, um veículo da difusão e suporte da diversidade cultural dos Estados membros da CPLP.

(...)

A última Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se realizou em Lisboa, em Julho passado, considerando os



CPLP

desafios crescentes colocados pela globalização e reconhecendo a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, bem como o poder da Educação, adoptou uma importante declaração sobre o tema da Conferência “A Língua: Um Património Comum, Um Futuro Global”, na qual é realçada a importância da concertação, a nível da CPLP, na prossecução de políticas linguísticas que projectem e afirmem a Língua Portuguesa, como Língua Global, e sejam adequadas à situação de cada Estado-membro.

As várias reuniões sectoriais nomeadamente a dos Ministros da Educação e da Cultura da CPLP têm, através das suas decisões e acções de cooperação, contribuído para o desiderato de progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum. No mesmo diapasão alinha a decisão do IILP em elaborar e adoptar um Plano Estratégico para a Gestão Internacional da Língua Portuguesa.

Gostaria ainda de realçar o facto de, de há três anos a esta parte, celebrar-se, no seio da UNESCO, o Dia da Língua Portuguesa e o facto de, paulatinamente, várias Organizações Internacionais, adoptarem a Língua Portuguesa como Língua de trabalho em várias das suas sessões.



CPLP

Minhas Senhoras, meus Senhores,

No mundo actual, marcado por um cenário internacional complexo, competitivo e muitas vezes conflituoso, a CPLP surge como uma ideia nova, como uma mais-valia, que confere aos seus Estados membros melhores condições de alcançarem seus objectivos nacionais e avançarem na rota da consolidação democrática e do bem-estar social. Na CPLP deixamos de ser coadjuvantes e ganhamos a possibilidade de actuar como protagonistas.

Temos, hoje, passados 12 anos desde a criação da CPLP, uma Comunidade sólida, de cerca de 240 milhões de pessoas, em 8 países, espalhados por 4 continentes. Se tomarmos em conta os contingentes de imigrantes lusófonos existentes nos EUA, Japão, Europa, América Latina e na África Austral, tais números assumem proporções ainda mais significativas. A unir-nos está um passado comum e uma verdadeira afinidade civilizacional, centrada não apenas na língua portuguesa, mas também no ordenamento jurídico e económico, em valores morais, nos fundamentos da vida familiar e nos mais diversos aspectos de nossa cultura, tais como a culinária, a arquitectura, as artes plásticas, a música e a literatura. Comungamos de uma visão de mundo pluralista e de um projecto de maior equilíbrio na cena internacional, assim como do anseio pelo desenvolvimento e pela erradicação da pobreza. Poucas Comunidades ou grupos de nações podem ostentar, no mundo actual, uma tão densa e tão bem entrelaçada teia de afinidades.



(....)

Pude ainda compreender, pela nota de convite que me chegou, que as presentes comemorações se inspiraram na existência de uma réplica do Padrão Henriquino - com que o anterior regime assinalou, em 1960, os 500 anos da morte do Infante D. Henrique - idêntica à colocada em outras cidades de países lusófonos. Esta evocação é um convite às nossas comunidades para uma reflexão mais aturada e a uma pesquisa mesmo da nossa identidade - quanto é que de facto conhecemos desse passado que reclamamos como comum? O que fazemos para perpetuar essa memória? Como ultrapassar o complexo prevalecente que o fantasma da colonização ainda nos coloca?

Só o entusiasmo e o esforço generalizados dos que, no Brasil, em Portugal, em África e na Ásia falam a língua portuguesa ou simplesmente se interessam por ela, poderemos conquistar (vencer) o desafio da Lusofonia.

Aproveito então agradecer a atenção de V. Excelências e o amável convite que o Digníssimo Presidente António Rodrigues me endereçou.

Muito obrigado!

(Apenas faz fé a versão efectivamente proferida)

